



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11533 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 11 - Política de Educação Superior

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

Adriana Carla Teixeira da Costa Brito - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Giselle Cristina Martins Real - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

As Universidades Federais constituem-se como pontos de confluência das políticas de assistência estudantil. A mobilização para a criação de uma política destinada à assistência estudantil ocorreu, a partir do contexto de expansão e interiorização, com a política governamental voltada para o crescimento da educação superior. Esse espaço reconhecido como de elite, a partir de 1995 consolida-se como um sistema de massa. O que, por sua vez, demanda a ampliação das condições de permanência dos estudantes nas universidades, por meio de políticas, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), criado em 2007.

Logo, as instituições tornam-se peças centrais nos estudos da política, não apenas pela importância do Estado como ator e autor de ações específicas, mas, acima de tudo, pela capacidade de interferir na cultura política, na estratégia dos atores e na produção da própria agenda de questões. Diante desse contexto, levanta-se a questão: Como tem sido o processo de institucionalização das políticas de assistência estudantil em universidades federais brasileiras?

Segundo Marques (1997), a efetividade das políticas depende das estratégias dos atores dentro e fora do Estado, além do processo de formação de suas instituições, que define em grande parte a existência ou ausência de certos "instrumentos de política" para a implementação das ações. A política depende, segundo Kezar e Sam (2013), de processo de institucionalização, definido pelas autoras em três fases: a fase de mobilização, a fase de implementação e a fase de institucionalização.

A fase de institucionalização propriamente dita, se caracteriza por ser o estágio de desenvolvimento em que a política se fixa na organização a ponto de não mais identificá-la como um processo novo ou distinto, mas torna-se parte da instituição. A fase de institucionalização implica uma ação capaz de alterar a estrutura da instituição, sobretudo quanto a compreender os elementos que darão legitimação ao funcionamento da política na universidade. Nesse nível, os autores conectam a institucionalização com a mudança da cultura das organizações e do entendimento central (KEZAR, 2007).

Nesse sentido, a pesquisa utiliza-se do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por conter pistas de como os aspectos mobilizadores da permanência estudantil estão inseridos na pauta institucional. Na análise do documento percebe-se a preocupação das universidades em atender aos requisitos explícitos da política de assistência estudantil, sobretudo suas particularidades como seus objetivos, metas e estratégias voltadas para o alcance de resultados institucionais.

Em um primeiro momento, procurou-se a existência das estruturas administrativas responsáveis pela política de assistência estudantil nos PDI's das 69 (sessenta e nove) universidades federais dispostas no Cadastro Nacional de Curso e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Desta pesquisa, constatou-se que cerca de 78,26% delas (56) contam com Pró-reitorias ligadas às questões estudantis, em 15 outras esse tema é tratado em outros setores administrativos. A pesquisa revela a importância do papel desempenhado pelas Pró-reitorias na estrutura organizacional das universidades, sobretudo, por essa atividade estar registrada nos documentos de todas as universidades, sendo possível afirmar que as ações de assistência estudantil ganharam visibilidade e destaque na gestão das instituições e foram mobilizadas e implementadas (KEZAR e SAM, 2013).

Após esta análise aprofunda-se a investigação em um conjunto menor de universidades. E para a definição da amostra parte dos requisitos definidos em pesquisa mais ampla a qual este estudo está vinculado, que se insere à Rede Universitas-BR no Eixo 05, que trata do acesso e permanência na educação superior. O estudo sobre controle de evasão em universidades federais identificou 5 (cinco) universidades que possuem programas ou ações destinados ao fenômeno, que perpassam medidas voltadas para a assistência estudantil (SANTOS JUNIOR, 2021), entre elas: a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a Universidade do Recôncavo Baiano (UFRB), a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); a Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A UNB estrutura a política pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), o qual promove programas de apoio pedagógico e financeiros voltados para o atendimento discente, como: Programa Bolsa Alimentação; Programa Auxílio Socioeconômico; Programa Bolsa Permanência do Ministério da Educação (MEC); Programa Auxílio Emergencial; Programa Moradia Estudantil; Editais publicados pela Diretoria da Diversidade (DIV). Os principais estímulos à permanência existentes na UnB são a implantação de acolhimento e ingressos

especiais, o apoio psicopedagógico e a análise de reintegração de ex-aluno. Segundo o PDI da UNB todos os programas tem aumentado a oferta de vagas, e isso pode ser efeito do maior número de bolsas ofertadas nos programas da Diretoria de Desenvolvimento Social da Universidade de Brasília.

Na UFVJM, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), toma conta da assistência estudantil, onde suas ações são direcionadas prioritariamente aos discentes que comprovam estado de vulnerabilidade socioeconômica, por meio do Programa de Assistência Estudantil (PAE). Este programa é financiado pelo Pnaes, mas também recebe suporte da receita da UFVJM, e dentre suas ações estão: Auxílio creche; Auxílio emergencial; Auxílio material pedagógico; Auxílio manutenção; Bolsa integração e Moradia estudantil. Da análise, verifica-se que os programas tem alcançado a resiliência necessária para atingir a fase de institucionalização da política, tendo em vista um foco marcado em relação ao controle da evasão com vistas a permanência estudantil, o que tem permitido o planejamento necessário para o contexto da universidade, reverberado através dos números de alunos atendidos no decorrer dos anos.

Na UFRB a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) tem desenvolvido ações para possibilitar que os estudantes beneficiários dos programas recebam auxílios em diversas modalidades conforme suas necessidades: apoios e acompanhamentos psicológico, social e pedagógico; benefícios como: auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio pecuniário à moradia, auxílio pecuniário à alimentação, auxílio pecuniário vinculado a projetos institucionais, auxílio à saúde e auxílio creche, além de participação em eventos acadêmicos, e apoio ao desenvolvimento de atividades desportivas e culturais. Em destaque, o apoio pedagógico na UFRB se dá através do desenvolvimento de ações para que o processo formativo possa transcorrer de modo a possibilitar o êxito acadêmico. Para isso, a universidade faz o acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), identificando possíveis problemas no percurso formativo e propondo ações que visem reduzir retenção e evasão. Em outra frente à atuação pedagógica há o acompanhamento aos estudantes beneficiados pelo PPQ, e pelo PBP, vinculado diretamente ao MEC. A intenção é auxiliá-los na vida acadêmica, principalmente aqueles que apresentam dificuldades. Em síntese, percebe-se que as ações dispostas pela instituição adquirem coerência para o processo de institucionalização de políticas internas. Logo, suas ações tomam rumos para assegurar que as políticas afirmativas e estudantis sejam garantidas aos estudantes.

A Unipampa tem revelado um trajeto coerente em direção à institucionalização da Política de Assistência Estudantil. Seus programas procuram atender o maior número possível de discentes, levando em consideração a preocupação em propiciar auxílio financeiro, de alimentação, de moradia, transporte e creche. Entre os programas estão: Programa de Apoio ao Estudante; Programa de Alimentação Subsidiada “Talheres do Pampa”; Programa de Moradia Estudantil “João de Barro”; Programa de Apoio ao Transporte; Programa de Auxílio-creche; Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP); Programa de Apoio à Participação

de Estudantes em Eventos (PAPE); Programa de Ações Afirmativas; Programa de Apoio ao Ingressante aos Discentes Indígenas e Quilombolas; Programa de Incentivo à Cultura; Programa de Esporte e Lazer; Monitoria para Inclusão Digital; Apoio às Aprendizagens e o Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA). Os resultados obtidos com a análise do PDI apresentam indícios dos caminhos seguidos pela universidade no processo de planejamento e de implementação de medidas que se voltam à diminuição da incidência da evasão com fins a garantia da permanência no universitário.

A UFAM tem se preocupado em institucionalizar a política de assistência estudantil trazendo em seu PDI a estrutura organizacional, metas e objetivos. A política está alocada no Departamento de Assistência Estudantil (DAEST), vinculado à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) da universidade. Entre as modalidades de benefícios da universidade estão: Auxílio Acadêmico; Auxílio Moradia; Auxílio Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos, Tecnológicos, Esportivos e Culturais (PECTEC); Auxílio Material Didático de Alto Custo (MATDAC); Auxílio Creche; Auxílio Emergencial; Auxílio Inclusão Digital; Auxílio Internet; Programa Bolsa Permanência (Governo Federal); Restaurante Universitário e o Programa Institucional de Apoio Pedagógico (PIAP). No PIAP são desenvolvidas ações de apoio pedagógico a fim de favorecer a permanência e a conclusão dos estudantes da UFAM, proporcionando-lhes suporte didático para que superem suas necessidades básicas de aprendizagem. Além disso, a universidade tem se atentado aos índices de reprovações e evasão nos diversos cursos de graduação por meio de ações de ensino-aprendizagem, tendo com o eixo acompanhamento intencional aos estudantes com uma ou mais reprovações, promovendo um espaço para refletir criticamente sua trajetória na vida acadêmica.

Em suma, os resultados obtidos com a análise do PDI apresentam indícios dos caminhos percorridos pelas universidades no processo de planejamento e de implementação de medidas que se voltam a institucionalização da política de assistência estudantil, com a sinalização de que algumas práticas encontram-se em fase mais avançada desse processo, especialmente quanto aos programas e auxílios já implementados, os quais já trazem seus objetivos, metas e indicadores a serem atingidos com atenção a redução da retenção e a evasão discente. As ações encontradas nos PDIs tendem a ser parecidas em todas as universidades, entretanto, medidas com características particulares que podem compor um processo relevante para impulsionar a permanência local, a exemplo da Unipampa que criou os programas “João de Barro” e “Talheres do Pampa”. Com essas medidas percebe-se que a universidade tem um direcionamento de sucesso em suas ações e que os motivos mais comuns que levam os alunos à evasão e ou a não permanecer, naquele contexto institucional, se constituiu como etapa fundamental para a tentativa de institucionalizar medidas focalizadas.

Palavras-Chave: Educação Superior. Institucionalização. Política Pública. PNAES. PDI.

REFERÊNCIAS

KEZAR, A. Tools for a Time and Place: Phased Leadership Strategies to Institutionalize a Diversity Ag. **The Review of Higher Education**, v. 30, n. 4, 2007, p. 413- 439.

KEZAR, A.; SAM, C. Institutionalizing Equitable Policies and Practices for Contingent Faculty. **The Journal of Higher Education**, v. 84, n. 1, p. 56-87, Jan./feb. 2013.

MARQUES, E. C. Notas críticas a literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, v. 43, p. 67-103, 1997.

RISTOFF, D.I. **Perfil socioeconômico do estudante de graduação**: uma análise de dois ciclos completos do Enade (2004 a 2009). Cadernos do GEA. Rio de Janeiro: FLACSO; GEA; UERJ, LPP, n.4, jul-dez. 2013.

SANTOS JUNIOR, J. da S. **Institucionalização de Políticas de controle à evasão em Universidades Federais Brasileiras**. Tese de doutorado. Dourados: UFGD, 2022.